

Moeda e cidadania

Gustavo H. B. Franco

A moeda é uma das mais importantes instituições de uma nação. Aqui como em qualquer parte, deve trazer estampada a efígie de nossos heróis, os símbolos mais perenes de nossa cultura e um bom pedaço de cada um de nós. A moeda é parte fundamental da identidade nacional, um símbolo de massa, na terminologia do escritor italiano Elias Canetti, algo que **nos desvaloriza** quando perde valor da forma alucinante, como observamos no Brasil de 1993, e enfraquece os nossos valores de forma mais geral.

Quando jovem, Canetti viveu a hiperinflação na Áustria, mas escreveu algumas extraordinárias teses sobre os efeitos da hiperinflação na Alemanha de Weimar. Lá (como cá) a decadência da moeda foi um desastre para a cidadania. A própria democracia quedou vitimada, algum tempo depois das grandes inflações, tanto na Alemanha quanto na Áustria. Não chegamos a tanto no Brasil mas, sem dúvida, alguns de nossos piores momentos em matéria de cidadania tiveram lugar durante o período de hiperinflação. Nós sempre soubemos que a inflação era a principal causa da desigualdade social no Brasil. Mas foi com a hiperinflação que percebemos outras mazelas como o impulso à cultura da especulação financeira, da esperteza, da "Lei do Gerson", isso para não falar de falta de educação no trânsito, criminalidade e corrupção. Quem se aventura a dizer que a hiperinflação não fornecia um clima mais que propício a todos esses males? E que eles foram mais sérios naqueles anos do que em qualquer outra época no Brasil?

Não deve haver dúvida que vivemos uma hiperinflação, tão virulenta e destrutiva quanto qualquer uma das outras. Não tivemos guerras civis ou revoluções simultaneamente ao fenômeno, e tivemos a presença conspícua da indexação como anestesia disponível a uma parte da sociedade. Por isso, a ilusão de que aqui as coisas foram mais amenas que na Alemanha de Weimar.

A fronteira para uma hiperinflação foi certa vez (num estudo de 1956) fixada em 50% mensais, mas seu próprio inventor, Philip Cagan, economista da Universidade de Chicago, mais recentemente concluiu que não deve haver um patamar tão claro. Michael Bruno, recentemente falecido ex-presidente do Banco Central de Israel e um dos maiores especialistas em assuntos relativos a inflações e estabilizações, argumentava que o patamar definidor deveria ser 20% mensais, porque era esta a fronteira a partir da qual a indexação se disseminava e a trajetória ascendente ficava inevitável. De acordo com este critério, o Brasil esteve tecnicamente em hiperinflação **continuamente durante os sete anos anteriores ao Plano Real**, ou seja de meados de 1987 (após o colapso do Plano Cruzado) a julho de 1994. Nesse período, a fronteira dos 50% mensais foi ultrapassada apenas em algumas poucas ocasiões, mas apenas porque tivemos quatro congelamento de preços nesses anos (Bresser, Verão, Collor 1 e 2).

Talvez tenhamos de esperar muitos anos até que as consequências desses tenebrosos sete anos sejam diluídas e os traumas esquecidos. Mas se para alguma coisa serviu, foi para destruir a noção de que a inflação tem alguma funcionalidade no processo de desenvolvimento brasileiro. No passado se enxergava, embora com pudores, que a inflação era útil para extrair "poupança forçada" da sociedade e financiar os investimentos necessários à industrialização do país. O "imposto inflacionário" era cruel, mas era coletado para uma "boa causa", vale dizer, para que se transferissem suas receitas para o esforço de industrialização. Pois bem, quando o Brasil se torna um país industrial, em meados dos anos 1980, e passa a se preocupar mais com a questão social (que, em boa medida, foi agravada pelo modelo inflacionário de industrialização que adotamos durante tantos anos) torna-se imperativa uma revisão radical nas maneiras pelas quais a inflação é compreendida e tolerada. A inflação é um imposto que incide principalmente sobre o pobre. Que sentido pode haver em se cobrar um imposto sobre o pobre num país que quer melhorar seus indicadores sociais? Fazer políticas sociais através da inflação, ou seja, através da emissão descontrolada de moeda, é um contrassenso tão gigantesco quanto óbvio: o que se dá com a política social, se tira com a inflação.

A necessidade de se atacar o problema social faz com que a defesa da moeda seja intransigente, pois é assim que se evita a utilização do imposto sobre o pobre para financiar a incontinência fiscal. Para não falar no quanto a inflação vulnerabiliza a cidadania, ou no quanto ela corrói também os valores não pecuniários. Para ser ético, o desenvolvimento econômico que tem lugar após a industrialização, tem de ser conduzido a partir de uma moeda sadia.